

Ditadura no rádio e TV, 'um abacaxi'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se os constituintes insistiram em requisitar espaço nas rádios e televisões, inclusive em horário nobre, vão caracterizar um ato ditatorial, com ditadura saindo então do Poder Executivo, como antigamente, e passando para o Legislativo." A afirmação é do presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça. Ele estuda a possibilidade de convocar uma reunião em Brasília de todos os responsáveis pelas emissoras para analisar a questão.

A proposta regimental que reivindica tempo no rádio e televisão para a divulgação gratuita dos trabalhos constituintes já foi chamada por um dos líderes partidários de "um grande abacaxi". E, se depender do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e do deputado José Lourenço (PFL), não deverá prosperar. O senador paulista considera que produzir uma hora diária para TV "é uma coisa fantástica, não é simples, e corre-se o risco de fazer mal". Ele lembra que a "Hora do Brasil" não está suspensa nas emissoras de rádio. Como 30 minutos do programa são dedicados à divulgação das atividades do Legislativo, esse tempo poderia simplesmente ser utilizado pela Assembléia Constituinte.

Em relação à televisão, Fernando Henrique sugere melhor aproveitamento das emissoras oficiais — Radiobrás e TVEs —, sintetizando: "A tendência é não fazer nada imposto, a exemplo dos programas da Justiça Eleitoral". Já o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, preferiu dizer que o assunto deve ser melhor analisado. Mesmo assim, não deixou de ironizar: "Duas horas diárias? Então é melhor deixar o dia inteiro".

Para o presidente da Abert, Joaquim Mendonça, a imprensa já está dando o devido destaque à Constituinte, "como fato jornalístico que é, e também fazendo as críticas cabíveis, dentro do espírito de liberdade democrática". Ele admitiu que, se as emissoras de rádio e televisão forem obrigadas a transmitir boletins oficiais, vão acabar diminuindo o noticiário normal. "E isso poderá prejudicar a opinião pública, que quer saber o que realmente ocorre no Congresso Constituinte, inclusive se o plenário está vazio".

Mendonça lembrou que as rádios já transmitem uma hora da "Voz do Brasil", além de 46 minutos do Projeto Minerva e "se tivermos de abrir mão de mais tempo os prejuízos serão grandes e sem necessidade". O dirigente da Abert esteve ontem com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com os líderes do PFL e do PDS na Câmara, José Lourenço e Amaral Neto, e com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Ele considerou os contatos "proveitosos" e frisou que também considera inaceitável o caso de alguns constituintes pedirem o fim do sistema de concessões para as emissoras

de rádio e televisão. Segundo Mendonça, as concessões "só existem para evitar que mais de uma estação ocupe o mesmo espaço, o que geraria o caos, algo assim como para as rotas aéreas, que impedem que um companhia se interesse por determinados trajetos, como a ponte Rio-São Paulo, por exemplo".

Propostas

Indiferentes à opinião de suas lideranças, vários parlamentares já formularam propostas sobre a transmissão dos trabalhos constituintes no rádio e na televisão. A deputada Bete Mendes (PMDB-SP) defende o seguinte esquema: 30 minutos diários pelo manhã, sendo metade para a apresentação e análise das discussões da véspera, o anúncio dos trabalhos do dia e sempre dois políticos de partidos diferentes, que exporiam seus pontos de vista sobre algum tema da Assembléia. Na faixa entre 20 e 21 horas, mais cinco minutos para as principais notícias da Constituintes no dia. Finalmente, dez minutos, entre 22 e 23h30, para a apresentação das tendências sobre o rumo das decisões.

O deputado Amaury Muller, vice-líder do PDT, informou que seu partido quer 15 minutos diários, de segunda a sexta-feira. O tempo seria dividido em três blocos, pela manhã, à tarde e à noite. "Isso para sintetizar os trabalhos da Constituinte de forma impessoal, para não privilegiar ou discriminar ninguém", explica. Um tempo maior, na sua opinião, "levaria à saturação, à monotonia, e acabaria por desprestigiar a imagem da Assembléia".

No PT, conforme o deputado Pílino de Arruda Sampaio (SP), a idéia é de uma hora diária no horário nobre, embora o partido esteja aberto a negociações. Além de defender programação bem diferente da apresentada pela Justiça Eleitoral, o PT aceita ressarir as emissoras dos custos da produção, mas não do horário cedido. Para o deputado petista, é fundamental que o povo conheça a Constituinte para que a Constituição venha a ser forte e respeitada. "Se participarmos de sua feitura, terá maior interesse em preservá-la", argumenta.

Já o senador Mário Covas (PMDB-SP) considera suficientes 30 minutos diários para a divulgação dos trabalhos constituintes, salientando que a questão deve ser bem pensada. Covas justifica que a Constituinte é o fato político mais importante dos últimos 20 anos e por isso deve ser divulgada.

O líder do PC do B, Aldo Arantes, reivindica 30 minutos diários no horário nobre da TV e uma hora nas emissoras de rádio. Além disso, quer conferir poderes para a Assembléia convocar rede nacional quando julgar oportuno. O deputado não admite nenhum ressarcimento às emissoras. A discussão da questão será polêmica e, na verdade, nenhum partido parece querer um tempo longo no rádio e na televisão, com o receio de cansar os ouvintes, e muito menos programação nos fins de semana.



Segunda-feira é assim: Ulysses abre a sessão e Souto conta os presentes (insuficientes)

'Estamos em ritmo de tartaruga'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O desenvolvimento lento dos trabalhos da Constituinte mereceu críticas dos próprios parlamentares. "Continuamos num torneio de oratória. Estamos num ritmo de tartaruga. Estamos fazendo pinga-fogo", lamenta o senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), no exercício de seu primeiro mandato parlamentar.

Não é esta, porém, a opinião de outro novato, o deputado Deifim Netto (PDS/SP), que diz: "Estamos aprendendo. Tem gente interessante. O que chama a atenção é o grande leque de problemas colocados. Não foi decepcionante, nem irritante, nem ineficiente. O Congresso tem essa dose de colocações que devem ser feitas".

O presidente do PFL cearense, em seu segundo mandato, Lúcio Alcântara, denuncia: "Há quem queira esvaziar a Assembléia Nacional Constituinte, deliberadamente, por

não crer na instituição, por razões ideológicas, e outros por ingenuidade. Há uns tercores que não querem mudar nada".

O parlamentar cearense lembra que "o processo legislativo é lento, penoso. Os novatos, sem atividade permanente, denunciam a morosidade, a falta de trabalho. Outros são contrários à Constituinte porque não querem as soluções convencionais. No fim, todos a prejudicam, o que se torna tanto mais grave ante as expectativas otimistas que ela suscitou".

Na mesma linha saiu-se o líder do PCB, Roberto Freire: "Uns desconhecem o mecanismo de funcionamento do Congresso. Isso aqui não é quartel, não tem hierarquia nem ordem unida. Alguns pensavam que a Constituinte teria ordem unida porque se habituaram a ela mesmo quando combatiam a ditadura".

Segundo o senador Maurício Correia (PDT/DF), "as pessoas que não têm maior vivência do Legislati-

vo esperavam que, instalada a Assembléia Nacional Constituinte, a galinha começasse a pôr ovos. Não se podia esperar que desse contraditório, desse cadinho de tantas opiniões conflitantes, da noite para o dia, se tivesse resolvido todos os problemas".

"A Constituinte vai muito bem, segundo o senador Mário Covas." A de 1946 levou 45 dias para votar seu regimento. E era Constituinte exclusiva sem nenhuma convivência com outras casas legislativas. Estamos fazendo o possível.

Quando lhe disseram que o líder do PT, Luís Inácio da Silva, se queixara da morosidade dos trabalhos da Constituinte em relação à rapidez de decisões do sindicato, o novato Hélio Costa (PMDB/MG) respondeu: "O PT é que está obstruindo. Todo instante, coloca questão de ordem. A mecânica, porém, é esta. Tivemos semana passada as emoções de duas eleições. Agora, vamos votar o regimento".

O regimento já recebeu 93 emendas

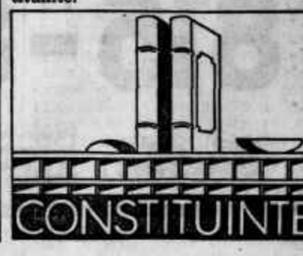
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Até o final da noite de ontem, parlamentares de todos os partidos apresentaram 93 emendas ao anteprojeto de regimento interno permanente da Constituinte. As emendas atingiram três pontos principais: a possibilidade de participação da sociedade civil; ampliação para um número maior de comissões técnicas do que as cinco inicialmente previstas (alguns sugeriram até 16 comissões); e a necessidade do referendo popular à nova Constituição antes de sua promulgação.

São inúmeras as propostas idênticas apresentadas, inclusive em termos de redação, como é o caso de duas emendas propondo a criação de 16 comissões técnicas, elaboradas pelos deputados Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) e Siqueira Campos (PDC-GO). Há ainda constituintes que apresentam várias emendas para "cercar" um tema determinado, buscando esgotá-lo ou influenciar o relator.

Quanto à participação popular nos trabalhos da Constituinte, há propostas diversas: alguns parlamentares querem que a sociedade civil, organizada e reunindo cerca de 30 mil assinaturas, possa apresentar projetos com tramitação idêntica aos dos deputados. Outros querem que as entidades de classe tenham acesso às comissões técnicas que elaborarão o texto da nova Constituição. E há outros, como o senador José Fogaça (PMDB-RS), que querem o deslocamento de uma comissão especial de audiência pelo País.

Também foram propostas emendas para evitar os superpoderes do presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, e outras propondo a criação de uma secretaria especial para a Constituinte.



Para Brossard, o plenário não é lugar para imprensa

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, respondeu ontem, ironicamente, às críticas feitas à anunciada proibição (depois superada) do acesso de jornalistas ao plenário durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte. "É uma tonteria sujeitar a liberdade de imprensa a andar jornalistas pelo plenário da Assembléia, a resfolegarem nas cadeiras alheias", disse o ministro.

Em artigo publicado no jornal gaúcho Zero Hora, Brossard alegou que "em nenhum Parlamento do mundo os jornalistas têm acesso ao plenário", exercendo sua atividade em lugares especialmente reservados. Desse locais, acrescentou, os jornalistas "podem ver, apreciar e testemunhar tudo quanto se passa em plenário, no exercício da liberdade de informar". O ministro não citou nominalmente os críticos que contestava, frisando genericamente que as opiniões deles contêm "surpreendentes originalidades". Entre os opositores à proibição de acesso dos jornalistas ao plenário da Constituinte estão juristas como Miguel Reale Júnior e Antônio Evaristo de Moraes Filho. Também integrante do grupo, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, chegou a dizer que a própria legitimidade da Constituinte estará ameaçada se forem impostas barreiras ao livre trabalho da imprensa.

Em sua tese de que a liberdade de imprensa não tem relação com a circulação de jornalistas no plenário da Constituinte, Paulo Brossard ressaltou que "também é assim nos tribunais". E explicou: "A liberdade de imprensa não autoriza a ninguém, mesmo jornalista, a transport os senos e ouvir um juiz, em meio à sessão, a propósito deste ou daquele assunto, ou simplesmente para ouvir melhor a nota de um magistrado".

Mais adiante, Brossard reiterou: "Neste momento de renovação e de inusitado interesse pelo que a Assembléia Nacional Constituinte vai fazer, incomparável é o serviço reservado à imprensa, ao rádio e à televisão. Mas, para tanto, não é preciso associar a liberdade de imprensa com misturarem-se jornalistas aos parlamentares no lugar que é deles".

Brossard aproveitou para reclamar que, nos últimos anos, "desapareceu por inteiro" o noticiário das atividades parlamentares nos jornais: "Abre-se um jornal e não se sabe se o Senado realizou sessão ou se a Câmara deixou de fazê-lo. Eles têm seções especiais para tudo; nada porém para as atividades parlamentares". Na opinião do ministro da Justiça, os políticos brasileiros são injustiçados quando apresentam um trabalho mais aprofundado "e o País não fica a saber o que eles falam na sessão da véspera". Mas, "se o parlamentar cometer uma falta, praticar uma incorreção ou incidir em falta mais grave, ele ganha manchete e com retrato...".

"Pinga-fogo", discursos sem apartes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Pinga-fogo" é a denominação dada, há muitos anos, por parlamentares e jornalistas, à parte das sessões da Câmara — e agora da Constituinte — destinada a pequenos discursos, de cinco minutos cada, sem direito a apartes. Esta expressão, aliado, não consta de nenhuma norma escrita. O Regimento Interno diz apenas que a primeira hora das sessões da Casa, denominada "pequeno expediente", destina-se a "breves comunicações" feitas no máximo em cinco minutos, sem apartes, por oradores previamente inscritos.

Nas normas provisórias da Constituinte consta que, aberta a sessão e lido o expediente, "cada constituinte terá direito a usar da palavra por cinco minutos (...) durante as duas primeiras horas (...), não sendo admitidos apartes". Pouca coisa se pode esperar de um discurso tão curto, ainda mais sendo vedada a contestação ao orador. Esses pronunciamentos prestam-se mais a "recados" para o eleitorado. É a oportunidade de os deputados (ou constituintes) poderem fazer reclamações ou defender pequenas reivindicações de suas áreas.

É também a hora em que muitos aproveitam para fazer "desabafos", às vezes exacerbados — daí o nome "pinga-fogo". Foi no "pinga-fogo", em 1968, que Márcio Moreira Alves sugeriu um boicote contra os militares, que resultou no AI-5. Também no "pinga-fogo", o ex-deputado Mário Juruna fez um discurso que quase lhe custou o mandato, por chamar os ministros de "ladrões".

Senador teme esvaziamento dos trabalhos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Analisando os primeiros dias de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, o senador Alfredo Campos (PMDB-MG) advertiu para o risco de esvaziamento dos trabalhos, caso os constituintes não cheguem imediatamente a um acordo que permita melhor funcionamento das sessões. Disse que é compreensível esta demora inicial para a elaboração do regimento que vai ordenar os debates da Constituinte, porque não havia nenhuma decisão quanto ao funcionamento dela este ano. Reconheceu ainda que grande número de parlamentares não tem experiência legislativa, e alertou que o atraso no início dos trabalhos pode ser "decepcionante" para os eleitores.

Outro fato que, segundo Alfredo Campos, concorre para a morosidade inicial é o grande número de pequenos partidos, tanto no Senado quanto na Câmara. Por isso, a cada item debatido dezenas de parlamentares, líderes na Câmara e no Senado, podem se manifestar, o que atrasa ainda mais as decisões de cunho prático. "O que estamos assistindo é a transformação do plenário da Câmara em um local de concurso de oratória".

Alfredo Campos não acredita que venha a surgir na Constituinte a figura de um líder de governo. "Creio mesmo que o presidente José Sarney nem pensou nisso. A Constituinte é justamente a arma do povo para reduzir o poder do governo".

Amaral receia que tudo vire conversa regional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Vamos acabar nos transformando numa grande câmara de vereadores" — desabafou o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), depois de passar, ontem, duas horas no plenário da Constituinte, ouvindo apenas discursos de "pinga-fogo", ou seja, breves comunicações, sem apartes, sobre assuntos diversos, como Agricultura, Previdência Social, seca no Nordeste e outros.

O segundo dia de sessão ordinária da Constituinte, sob a vigência de normas provisórias, mostrou, no entender de Amaral Neto e do vice-líder de plantão no PMDB, deputado Egídio Ferreira Lima (PE), ter havido uma falha. Pela forma com que foi distribuído o tempo das sessões, não há lugar para os grandes discursos, com apartes, destinados aos debates de temas nacionais.

A sessão, à semelhança da de sexta-feira, havia deixado exatamente essa impressão. Dos 25 oradores que passaram pelos microfones, nas duas primeiras horas de sessão, quatro falaram sobre preços mínimos e de reclamações de agricultores; outro protestou contra a pretendida fixação de idade mínima para aposentadoria; outro, Gidel Dantas (PMDB-CE), sob aplausos do plenário, conclamou os evangélicos a uma luta comum, porque "o projeto de Deus é futurista, mas começa aqui e agora"; outros dois ou três falaram sobre seca no Nordeste e sobre racionamento de eletricidade; outro, sobre o Amapá.

Egídio Ferreira Lima foi quem primeiro levantou a questão, propondo à Mesa permitir que os partidos indiquem oradores para a Hora final da sessão, destinada à apresentação de emendas. Com ele, imediatamente concordou Amaral Neto. Disse não haver nenhum menosprezo, em suas palavras, às câmaras de vereadores, mas a Constituinte não pode deixar de debater os problemas nacionais. "Está nos faltando uma válvula —

disse. Estamos fazendo uma Constituinte, mas o País não para. A crise econômica e social está lá fora, violenta, e pode nos arrastar a todos, inclusive a própria Constituinte".

Humberto Souto (PFL-MG), que substituirá Ulysses Guimarães na direção dos trabalhos, disse que se os líderes concordassem, poderiam levar alguma sugestão para o exame da Mesa sobre a destinação de um horário para debates.

JOVENS

Houve, durante a sessão, alguns breves discursos sobre questões regimentais e constitucionais, destacando-se o do deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), que mais uma vez reiterou ser esta "uma Constituinte congressual e federativa" e que o povo não deve se liudar com a futura Constituição, mas a "estrela" da tarde foi o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), de 23 anos de idade, um dos mais jovens constituintes. Ele conseguiu que o plenário silenciasse para ouvi-lo fazer um discurso seguro, de improviso, sobre a "angústia" dos jovens que vêm o Brasil "às portas do ano 2000 e ainda discutindo a organização jurídica do Estado". Muitos constituintes, de vários partidos, fizeram questão de abraçá-lo. Márcia Kubitschek (PMDB-DF) deixou sua cadeira e foi até o corredor do plenário para dar-lhe um beijo.

NORMAS

O deputado Ulysses Guimarães abriu a sessão de ontem exultantemente às 14 horas, como estabelecem as normas provisórias, mas teve de suspendê-la, em seguida, porque o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) apontou a falta de número mínimo em plenário, que é de 94 constituintes. Humberto Souto (PFL-MG), a pedido de Ulysses, conferiu o número a olho: havia 71. Mela hora depois, ainda de acordo com as normas provisórias, a sessão pôde ser reaberta, já então com 113 deputados em plenário. E durante as três horas de sessão esse número não variou muito.

Jânio vai levar apoio a Sarney

O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, escolheu o momento em que o governo não sabe o que fazer com a economia, e o Congresso Constituinte enfrenta ameaças de radicalização, para desembarcar em Brasília e manifestar publicamente o seu apoio político ao presidente José Sarney. As 10 horas de hoje, no Palácio do Planalto, Jânio encontra-se com Sarney. Não deverá pedir nada, mas apenas manifestar solidariedade ao governo. "O presidente Sarney está precisando de apoio político", anunciou ontem, em São Paulo, o governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira.

Ex-secretário particular de Jânio na presidência da República, Aparecido, hoje um dos amigos de Sarney, juntou ontem com o prefeito, acompanhando-o em sua viagem a Brasília e ofereceu-lhe, hoje, um almoço em companhia do arquiteto Oscar Niemeyer. Aparecido nega que esteja captando apoios para Sarney, mas diz que por dever da função sairá em defesa do governo sempre que instigado.

Apocalipse

Não há razão para estarmos recebendo a realidade política e econô-

mica do País como se fosse o apocalipse", afirmou Aparecido à porta do gabinete de Jânio Quadros. "É apenas a realidade. Se eu dissesse agora que a situação não está difícil, seria mentira ou ato de alienação. Mas a situação está bem melhor que há dois anos", completou.

"A situação está muito grave, mas quando Sarney assumiu estava muito pior", continuou o governador

do Distrito Federal. "Se o presidente tivesse o poder de fazer milagres, os passaria para o Papa que está atrás de milagres e depois venderia a fórmula pelo mundo cobrando royalties. O que está havendo é que o País está sendo orquestrado com a vaga do pessimismo, o que é prejudicial, e não nos leva a construir coisa alguma".

Para José Aparecido uma das or-



Antônio Lúcio

Aparecido diz a Jânio que Sarney precisa de apoio

questrações dos pessimistas são as especulações em torno da reforma ministerial. Ele próprio informou, ontem, que entregou seu cargo a Sarney na semana passada, já que todos os demais governos estaduais renovam-se a 15 de março. Sarney, segundo Aparecido, confirmou-o na função. E o governador garante que nenhum político foi consultado pelo presidente sobre eventuais reformas ministeriais o que faz com que os comentários sobre o tema nada mais sejam do que meras especulações.

Político tão hábil quanto seu professor Jânio Quadros, José Aparecido — cujo nome já aparece nas listas de ministeriáveis e até de possível embaixador em Paris —, fez questão de estar junto ao prefeito de São Paulo, no momento em que ele retorna ao noticiário político nacional com o apoio a Sarney. Semana passada Jânio causou polêmica na cidade com seu projeto de transformar praças públicas em estacionamentos — projeto esse que até políticos janistas admitem não ser para valer.

O apoio de Jânio a Sarney pode, na verdade, não ser significativo para o presidente, mas sem dúvidas ajudará o prefeito a aparecer nos jornais. Desta vez o assunto é nacional.

RESERVAS - FEVEREIRO
MARAVILHOSO! GENIAL! DIFERENTE! INESQUECÍVEL!

CHALÉS HOTEL FAZENDA Serra Negra

VALE DO SOL

10 PISCINAS 4 AQUECIDAS • TÊNIS FAST • VOLEY
BASQUETE • FUTEBOL DE SALÃO • CINEMA 35mm
SAUNA • LAGOS PARA PESCA • CAMPO DE FUTEBOL
SNOKER • PEROLIM • PING-PONG • CAVALOS • TV
PISTA DE ATLETISMO

FÉRIAS • TEMPORADAS • FINS DE SEMANA
LUA DE MEL

RESERVAS
EM SÃO PAULO: **257.3955**
SANTOS TEL. (0132) 346552
SERRA NEGRA (DDD-0192) 923500

ne • Leia
O ESTADO DE S. PAULO
Assine • Leia e
O ESTADO DE S. PAULO
Assine • Leia e
O ESTADO DE S. PAULO
Assine • Leia e